

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 7943 | Salvador, quarta-feira, 24.06.2020

Presidente em exercício Euclides Fagundes



BRASIL

Governo despreza o povo

AFP - M. DANTAS



O Brasil está à deriva. Os brasileiros pedem socorro. Diante da pandemia do coronavírus, a situação se agrava. Fome, desemprego, vidas levadas pela Covid-19. Nada disso abala o presidente, que não move uma palha para amenizar o sofrimento da população. O governo despreza o povo.

Página 4

Brasil tem mais de 52 mil mortes e o governo Bolsonaro minimiza as vidas perdidas. O descaso é desesperador

Mobilização para derrubar a MP 927

Página 2

Comando e Fenaban se reúnem na sexta

Página 3

Mais pressão contra a MP 927

Os sindicatos e as centrais articulam com os senadores pela rejeição da proposta

ALAN BARBOSA
imprensa@bancariosbahia.org.br

ESTÁ no Senado Federal a chance de rejeição da MP 927, que representa retrocessos aos direitos dos trabalhadores em meio à pandemia do novo coronavírus. Na segunda-feira foi realizada uma reunião *online* com a participação dos senadores e das centrais sindicais. Foram apresentados os principais danos à classe trabalhadora caso a Medida Provisória seja aprovada.

As entidades representativas dos trabalhadores se organizam para realizar na próxima semana *lives* abertas e públicas, sempre com as presenças de senadores para dialogar sobre os efeitos nocivos da MP 927. Os encontros digitais reforçam o trabalho que já está sendo feito junto às lideranças partidárias e ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

A Medida Provisória 927 deve ser rejeitada pelos senadores por fazer retroceder os direitos dos trabalhadores. Com a MP, as verbas rescisórias serão reduzidas, em caso de extinção da empresa, e não será assegurado o vínculo empregatício dos trabalhadores, mesmo na pandemia, enquanto outros países garantem as vagas.

As negociações coletivas e as conquistas das categorias também perdem valor. Outro prejuízo é a suspensão do recolhimento do FGTS por três meses, além de não assegurar nenhuma proteção aos empregados.



Conferência inscreve até sexta-feira

IMPORTANTE momento para ouvir a categoria sobre a Campanha Nacional 2020, a 22ª Conferência da Bahia e Sergipe acontece no dia 4 de julho, de forma virtual. Os bancários que ainda não se inscreveram têm até sexta-feira.

Os inscritos também podem enviar as propostas de apresentação para a minuta de reivindicações da categoria. Outra importante ferramenta é a consulta nacional, disponível no *site* do Sindicato.

A Conferência terá temas de grande relevância para a sociedade e também as demandas específicas para os bancários. Pela manhã acontecem os debates sobre conjuntura, com as participações

da supervisora técnica do Dieese, Ana Georgina Dias, o jornalista Altamiro Borges e o presidente licenciado do Sindicato da Bahia, Augusto Vasconcelos.

Em seguida, o presidente da Federação da Bahia e Sergipe, Hermelino Neto, conduzirá as discussões e deliberações sobre a Campanha Nacional 2020, incluindo a aprovação da pauta de reivindicações e a escolha da delegação para a Conferência Nacional.

Os encontros por bancos acontecem à tarde. Os funcionários do Banco do Brasil, Caixa, BNB e Banese discutirão as questões específicas de cada instituição. Os trabalhadores dos privados também debatem as demandas.



Se depender do governo, cada vez mais pessoas serão infectadas pela Covid-19

Covid-19 afasta mais de 1 milhão do trabalho

O AVANÇO da Covid-19 no país elevou o número de pessoas que se tornaram indisponíveis para trabalhar. Cerca de 1,4 milhão de trabalhadores estão nessa situação, um aumento de 45% segundo pesquisa do IBRE/FGV (Instituto Brasileiro de Economia).

O total de brasileiros que estavam desempregados e impedi-

dos de retornar ao mercado de trabalho por motivo de doença saiu dos 3,3 milhões em fevereiro para 4,7 milhões em abril.

O pior é que o cenário tende a se agravar. Com o descaso do governo federal com a pandemia e a vida de milhões de brasileiros, os casos de Covid-19 seguem crescendo, assim como o desemprego.



Santander descumpre normas

EM FERIADO, o bancário tem direito a folga. Caso, eventualmente, precise trabalhar, deve receber hora extra com adicional de 100%, assim como vale transporte, se houver deslocamento, e o vale refeição adicional. No entanto, o Santander passa por cima de todas as regras. A direção do banco aproveita a pandemia causada pelo coronavírus para tirar direitos dos funcionários e impor uma política extremamente cruel.

Na Bahia, a empresa ignorou os decretos do governo do Estado e de algumas prefeituras antecipando feriados para o início deste mês e obrigou os funcioná-

rios a trabalharem, mesmo com as agências de portas fechadas. Agora, cobrada pelo Sindicato e pela Federação para que respeite a data oficial do feriado de São João, 24 de junho, ou seja, hoje, nega um direito do trabalhador.

Em resposta à cobrança, o setor de Relações Sindicais informou que os empregados terão folga, mas não no feriado. Também não vão poder programar o descanso para um período posterior à pandemia, apesar de uma regra do banco de horas estabelecer um prazo de até 6 meses. Ao invés disso, terão de tirar a folga, obrigatoriamente, em até 30 dias, ou seja, 24 de julho.

Reunião debate testes para os trabalhadores

Comando e Fenaban discutem, sexta-feira, aplicação de exames

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

A REALIZAÇÃO de exames da Covid-19 em todos os bancários do país é tema de reunião por videoconferência, na sexta-feira, entre o Comando Nacional e a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos). O debate acontece depois de decisão favorável do TRT15 (Tribunal Regional do Trabalho), 15ª Região.

A testagem em massa de todos os bancários, vigilantes e prestadores de serviços para detectar possíveis pessoas infectadas pelo coronavírus é uma das principais reivindicações do Comando. Mas, os bancos sempre alegam problemas de logística para fazer os exames.

Segundo a sentença, foi deferido “a imediata testagem para o vírus Covid-19 para todos os bancários e colaboradores terceirizados das instituições envolvidas na ação principal onde foram confirmados casos de contaminação e a cada 21 (vinte e um) dias, em todas as agências localizadas no território nacional, e pelo período em que tanto o Decreto Federal quanto os respectivos Decretos Estaduais e Municipais de isolamento social e de restrição das atividades comerciais vigorarem. Também defiro o reembolso a todos os trabalhadores envolvidos que realizaram ou vierem a realizar o teste do Covid-19 em laboratórios particulares”.

Como o Santander conseguiu efeito suspensivo da medida liminar, o desembargador relator do processo de mandado de segurança do TRT/15ª estendeu a decisão a todos os bancos.

Empregados da Caixa cobram negociações

PARA cobrar a reabertura das negociações com a Caixa, o movimento sindical enviou ofício à direção do banco por conta da convocação para o trabalho presencial de empregados de diversas áreas-meio. A instituição financeira não negociou o retorno dos trabalhadores com as entidades representativas.

No dia 12 de junho, a Caixa comunicou a prorrogação do projeto remoto e das medidas protetivas aos funcionários em função dos riscos causados pela pandemia do novo coronavírus até 30 de junho. Ou seja, o banco descumpru o acordo.

Além disso, a convocação também vai contra o Protocolo de Intenções, assinado pelo movimento sindical, Ministério Público do Trabalho e a própria Caixa, no intuito de que fossem adotadas práticas na prevenção de contaminação da Covid-19 no acesso aos serviços bancários.

A atitude é considerada um total desrespeito aos trabalhadores e aos processos negociais com as representações sindicais. Como o banco tem feito pro-

paganda do auxílio emergencial, enaltecendo os empregados, a expectativa é que a valorização realmente aconteça e que saúdes física e mental sejam resguardadas.



Caixa convocou alguns empregados para retorno às unidades sem diálogo com os sindicatos

Onde o povo não tem vez

Para o governo, pobre é inimigo. Ódio de classe

ROGACIANO MEDEIROS
imprensa@bancariosbahia.org.br

EMBORA mais de 41 milhões de pessoas necessitadas tenham ficado de fora, Bolsonaro anunciou o fim do auxílio emergencial de R\$ 600,00, em um momento dramático da pandemia. O Brasil registra mais de 1 milhão de doentes e quase 53 mil mortes.

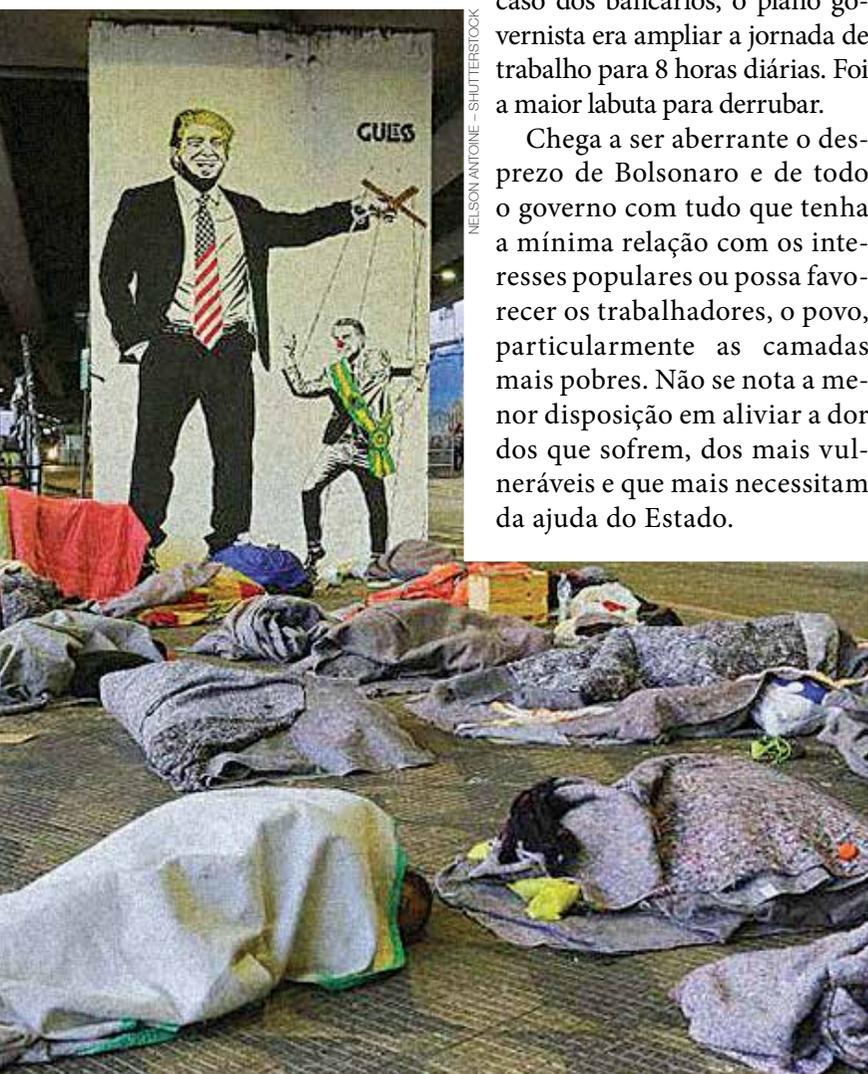
O socorro aos trabalhadores rurais tem sido negado e a ajuda às pequenas e médias empresas, que geram a imensa maioria dos empregos no país, não passa de promessa vazia. O contingente

de desempregados é de cerca de 13 milhões de trabalhadores.

A rede de assistência social do Estado tem sido aniquilada. Dados da própria Previdência revelam que, no primeiro trimestre deste ano, o INSS negou mais pedidos de benefícios - foram 1,2 milhão - do que concedeu: 1,08 milhão. Um absurdo nunca ocorrido. Os cortes drásticos nos programas sociais, principalmente o Bolsa Família, empurram dezenas de milhões de brasileiros para a miséria. O governo diz que não tem dinheiro, mas liberou R\$1,2 trilhão para os bancos.

Medidas provisórias editadas pelo presidente reduzem salários, cortam direitos, impulsionam demissões e mesmo assim não evitam milhares de falências. No caso dos bancários, o plano governista era ampliar a jornada de trabalho para 8 horas diárias. Foi a maior labuta para derrubar.

Chega a ser aberrante o desprezo de Bolsonaro e de todo o governo com tudo que tenha a mínima relação com os interesses populares ou possa favorecer os trabalhadores, o povo, particularmente as camadas mais pobres. Não se nota a menor disposição em aliviar a dor dos que sofrem, dos mais vulneráveis e que mais necessitam da ajuda do Estado.



NELSON ANTONIO - SHUTTERSTOCK

Enquanto o Brasil é governado por um fantoche, o povo amarga a miséria

SAQUE

Rogaciano Medeiros

NÃO HUMANO A nova forma de reprodução do capital - ultraliberalismo neofascista -, uma aberração na mudança do capitalismo produtivo para o financeiro, o rentismo, gera um ferrenho ódio de classe. Os excluídos, a imensa maioria da população, são tratados como indesejáveis. Não há precedente na história do Brasil, seja na colônia, no império ou na República. Mete medo.

É DIALÉTICO O ultraliberalismo, que impõe a supremacia do sistema financeiro na macro economia - rentismo ou financeirização -, precisa do neofascismo para sobreviver. É necessidade vital do regime o Estado policial, para reprimir violentamente os insatisfeitos e rebeldes, em proporção cada vez maior. Claro que, mais cedo ou mais tarde, a democracia renasce. Sempre.

VACILOU FEIO Se, ao propor a união das forças de centro, a pretensão, como diz a mídia, foi se cacifar como alternativa pacificadora perante uma provável queda de Bolsonaro, o vice Mourão se contradiz ao condenar a prisão da extremista Sara Geromini. Não há como combinar Estado democrático de direito com quem defende intervenção militar, fechamento do Congresso e do STF.

PURA FARSA A decisão do ministro Og Fernandes, do TSE, de desconsiderar as provas do envio em massa de *fake news* nas eleições presidenciais de 2018, as quais adulteraram a vontade popular, não surpreende ninguém. É muita ingenuidade imaginar que o Tribunal possa casar a chapa Bolsonaro-Mourão. O processo, no entanto, serve para desmascarar a farsa.

MUDA NADA É bom não comemorar a saída de Weintraub nem o lampejo do interino Antônio Vogel de reafirmar as cotas para pós-graduação. O nome mais indicado para assumir o Ministério da Educação, Renato Feder, é ultraliberal assumido, tem pavor ao ensino público e gratuito, além de flertar com o negacionismo. Da mesma laia de Ricardo Vélez e Weintraub.

Quase R\$ 40 milhões de auxílios devolvidos

MAIS de 47 mil pessoas que receberam o pagamento do auxílio emergencial sem ter direito realizaram a devolução do benefício aos cofres públicos. O valor corresponde a R\$ 39,6 milhões.

Entre as pessoas que receberam indevidamente estão as que mentiram sobre os dados, as que se enganaram e o terceiro grupo incluído de forma equivocada. Para realizar a devolução, basta acessar o

site <https://devolucaoauxilioemergencial.cidadania.gov.br/devolucao>, emitir a GRU (Guia de Recolhimento da União) e efetuar o pagamento.

Para identificar e evitar fraudes relacionadas ao auxílio emergencial, os ministérios da Cidadania e Justiça fizeram acordo de cooperação técnica. Ainda firmaram parceria com a CGU (Controladoria Geral da União) para identificar irregularidades no pagamento.